

# Como fica tudo isso?

VICTOR FACCONI

As decisões da Constituinte em manter o presidencialismo e assegurar ao presidente Sarney e ao seu governo cinco anos, como fez a maioria do PMDB e PFL, mostram que não falta apoio político-parlamentar, nem tempo para ele e seus partidos cumprirem o que prometeram ao povo, que cansado de confiar e esperar, agora mais do que nunca, sabe de quem cobrar os desmandos na administração pública brasileira.

A Aliança Democrática mais uma vez frustrou plenamente a opinião pública nacional que esperava, pelo menos no campo político, a concretização dos compromissos assumidos contra todo e qualquer casuismo que por ventura colocasse em risco a viabilização da democracia plena no nosso país. Os compromissos não são cumpridos, lamentavelmente, e o povo deplora e se revolta diante do descaso com que os vitoriosos nas eleições de 86, tão logo realizadas, passaram a tratar o povo e a coisa pública, como se nenhum compromisso tivessem com as urnas, com o Plano Cruzado e com as esperanças colocadas no coração de cada brasileiro.

Se procurarmos na história do Brasil não encontraremos tanto descaso, tanto deboche, tanta irresponsabilidade, tanta corrupção, tanta

malversação do dinheiro público como temos assistido ultimamente. Um verdadeiro baile de gastos publicitários, política, tanto achatamento salarial, tanto esmagamento e autoritarismo econômico e social, tanto populismo, tanta destruição e tanta traição, quanto depois que o PMDB chegou ao poder; poder pleno de todo o país.

A defesa de alguns opositores de ontem, que hoje são governo, de que a situação caótica que estamos vivendo seria fruto de herança dos 20 anos não tem guarida, trata-se de um ledó engano ou grossa mentira, pois sequer a infra-estrutura material montada nos 20 anos o PMDB está sabendo conservar, já não digo ampliar. A expansão agrícola e industrial ficou paralisada sem apoio ou estímulo. As reservas cambiais de US\$ 11 bilhões que herdaram gastaram importando carne deteriorada, leite contaminado na orgia irresponsável do Plano Cruzado, que a tantos traiu, a alguns poucos serviu e enriqueceu e a outros elegeu. O Plano Cruzado foi lançado em cima da afirmativa do milagreiro Dilson Funaro "de que podiam fazê-lo porque haviam zerado o déficit público". Logo nenhuma herança mais o PMDB pode cobrar dos governos anteriores.

Da mesma maneira, não foi a aliança com o PFL que inviabilizou o Programa Nacional do PMDB, uma vez que na maioria dos Estados, a começar pelo Rio Grande do Sul, o PMDB chegou sozinho ao governo. O Rio Grande do Sul jamais teve um governo pior do que o do PMDB. E o que dizer dos governos de São Paulo, Rio ou de Brasília?

No Congresso Nacional e na Assembleia Nacional Constituinte nem se fala, pois o PMDB é maioria, domina as mesas diretivas da Câmara e do Senado, do Congresso Nacional, da Constituinte, domina as comissões e o plenário, domina o Centrão, o MUP e tudo o mais. O que mais querem senão fugir das urnas que um dia fatalmente virão?

Após o irresponsável equívoco da negativa em mudar o sistema de governo para o parlamentarismo, veio a decisão dos cinco anos, além da ameaça de adiamento das eleições municipais.

Ao fugir da opção pelo parlamentarismo, tanto o PMDB como o PFL, na verdade fugiram da possibilidade da cobrança política imediata pelo insucesso do governo com a queda e substituição do mesmo governo que formaram e integram ou e até da opção de novas eleições pela disso-

lução da Câmara dos Deputados na qual são majoritários, passível de ocorrer normalmente se o sistema de governo tivesse sido mudado.

Ao decidir pelos cinco anos, o PMDB e PFL, partidos majoritários na Constituinte, reafirmaram seus compromissos com o governo perante a opinião pública. Ao fugirem das eleições "diretas já" —lembram?— na verdade estão se comprometendo ainda mais com o povo no compromisso de recuperar a economia nacional em pleno deterioramento e destruição, e de consolidar a democracia no Brasil.

Enquanto isso, como fica o povo, as eleições diretas já —não mais!?— o combate à corrupção, a estabilidade econômica, o combate à inflação, o apoio ao produtor, a garantia para o consumidor, a melhoria do salário para o trabalhador, a URP, o trileão solto, a correção monetária nos financiamentos agrícolas ou à micro e pequena empresa urbana, a retomada do desenvolvimento nacional, a Previdência Social e os aposentados, a educação, a saúde, a habitação, as dívidas externa e interna, a dúvida geral. Afinal como fica isso tudo?

VICTOR FACCONI, 46, economista e advogado, é deputado federal (PDS-RS).